

**Despacho n.º 13935/2010**

Nos termos e ao abrigo do disposto na alínea *k*) do n.º 1 do artigo 37.º dos Estatutos da Universidade Aberta, homologados pelo Despacho Normativo n.º 65-B/2008, de 12 de Dezembro, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 246, de 22 de Dezembro de 2008, exonerado, a seu pedido, o Prof. Doutor Fernando Manuel Pestana da Costa, Professor Associado com Agregação, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com tenure, do cargo de director do Departamento de Ciências e Tecnologia da Universidade Aberta.

E conforme disposto na alínea *i*) do n.º 1 do artigo 37.º e da alínea *a*) do n.º 3 do artigo 55.º e do artigo 57.º dos Estatutos da Universidade Aberta, homologados pelo Despacho Normativo n.º 65-B/2008, de 12 de Dezembro, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 246, de 22 de Dezembro de 2008 e deliberação em Plenário do Departamento de Ciências e Tecnologia n.º 22/DCeT/10, de 29 de Julho de 2010, nomeio o Doutor Adérito Fernandes Marcos, Professor Associado com Agregação, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com tenure, director do Departamento de Ciências e Tecnologia da Universidade Aberta.

O presente despacho produz efeitos a partir de 10 de Setembro de 2010.

2010, Agosto, 17. — *Carlos António Alves dos Reis*, cargo: Reitor.  
203640945

**Despacho n.º 13936/2010**

Ao abrigo do disposto nas disposições conjuntas da alínea *o*) do n.º 1 do artigo 92.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, e no artigo 37.º dos Estatutos da Universidade Aberta, homologados pelo Despacho Normativo n.º 65-B/2008, de 12 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 246, de 22 de Dezembro, auscultados os docentes da Universidade, através dos seus órgãos de direcção, aprova-se e publica-se agora o Regulamento de contratação do pessoal especialmente contratado da Universidade Aberta.

25 de Agosto de 2010. — O Reitor, *Carlos António Alves dos Reis*.

**Regulamento de recrutamento e contratação de pessoal docente especialmente contratado****Exposição de motivos**

Nos termos do disposto no artigo 83.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de Maio, cabe às instituições de ensino superior aprovar a regulamentação necessária à execução do Estatuto, designadamente em matérias relativas aos procedimentos, às regras de instrução dos processos e aos prazos aplicáveis à contratação de pessoal especialmente contratado. Assim, ao abrigo do disposto nas disposições conjuntas da alínea *o*) do n.º 1 do artigo 92.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, e no artigo 37.º dos Estatutos da Universidade Aberta, homologados pelo Despacho Normativo n.º 65-B/2008, de 12 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 246, de 22 de Dezembro, auscultados os docentes da Universidade, através dos seus órgãos de direcção, aprova-se agora o Regulamento de contratação do pessoal especialmente contratado da Universidade Aberta.

**CAPÍTULO I****Disposições Gerais****Artigo 1.º****(Objecto)**

O presente regulamento estabelece o regime de recrutamento, selecção e contratação das individualidades referidas nos artigos 3.º, 14.º a 17.º e 30.º a 33.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de Maio, e no presente regulamento, que tomam a designação de pessoal docente especialmente contratado da Universidade Aberta (UAb).

**Artigo 2.º****(Âmbito de aplicação)**

1 — O presente regulamento é aplicável ao recrutamento, selecção e contratação para a prestação de serviço docente dos professores visitantes, dos professores e assistentes convidados e dos leitores.

2 — Podem ser contratados como professores visitantes académicos de reconhecido mérito, nacionais ou estrangeiros, que possam contribuir significativamente para o ensino e a investigação no âmbito de uma ou mais unidades orgânicas da UAb, e que tenham comprovada preparação pedagógica nas metodologias de ensino a distância, ou que se comprometam a adquiri-la, nos termos definidos pela UAb.

3 — Podem ser contratados como professores convidados e assistentes convidados personalidades nacionais ou estrangeiras de reconhecida competência científica, técnica ou profissional, bem como com comprovada preparação pedagógica nas metodologias de ensino a distância, ou que se comprometam a adquiri-la, nos termos definidos pela UAb, cuja colaboração seja necessária para o funcionamento das actividades lesivas ou de formação da UAb, incluindo a colaboração, por períodos de tempo determinados, em trabalhos específicos contratados à UAb que impliquem um aumento extraordinário de trabalho.

4 — Podem ser contratados como leitores especialistas de reconhecida competência no ensino de línguas estrangeiras, bem como com comprovada preparação pedagógica nas metodologias de ensino a distância, ou que se comprometam a adquiri-la, nos termos definidos pela UAb, para exercerem funções de ensino de línguas vivas ou, quando as necessidades de ensino manifesta e justificadamente o imponham, para reger outras disciplinas dos cursos de 1.º ciclo.

**CAPÍTULO II****Do recrutamento****SECÇÃO I****Regras procedimentais****Artigo 3.º****(Procedimento)**

O procedimento de recrutamento, selecção e contratação obedece, independentemente da categoria das individualidades a contratar, aos seguintes passos e requisitos, sem prejuízo do disposto no artigo 4.º:

*a*) A iniciativa da contratação cabe aos directores dos departamentos da área científica para a qual é feita a contratação, estando porém dependente da existência de cabimentação financeira, pelo que os directores dos departamentos têm de previamente pedir autorização ao reitor para iniciarem o procedimento de contratação, especificando, no seu pedido, a modalidade, o período e as condições de contratação, com a estimativa dos custos financeiros para a UAb, iniciando-se o procedimento de contratação, quando a autorização for concedida, com o envio pelos directores dos departamentos ao conselho científico, para aprovação, das propostas de contratação, devidamente fundamentadas, nas quais se evidencie a necessidade da contratação e as qualidades científico-pedagógicas e profissionais das individualidades a contratar.

*b*) As propostas de recrutamento e contratação são instruídas pelos directores dos departamentos com, pelo menos, dois pareceres fundamentados subscritos por professores da área disciplinar do convidado, por eles escolhidos, podendo ser, quando tal se afigurar necessário, exteriores à UAb.

*c*) Quando se trate da contratação de professores de categoria igual ou superior a professor associado, os pareceres referidos no número anterior têm de ser subscritos por professores catedráticos.

*d*) Cabe ao conselho científico aprovar, por maioria absoluta dos seus membros em efectividade de funções, as propostas de contratação e enviar os convites às individualidades escolhidas, e, logo que estas os aceitem, deve o processo de contratação ser remetido ao reitor, a quem cabe a decisão de contratação.

**Artigo 4.º****(Candidatura a docente convidado)**

1 — As individualidades interessadas podem apresentar, até 31 de Maio de cada ano, a sua candidatura ao exercício de funções docentes, com ou sem indicação da categoria para a qual, mediante equiparação contratual, entendam dever ser convidadas, mas indicando sempre a área científica e as unidades curriculares para as quais apresentam a sua candidatura.

2 — Para cada unidade curricular referida no número anterior, o candidato deve apresentar um projecto científico-pedagógico que esteja de acordo com o programa e os objectivos dessa unidade curricular, sob pena de rejeição da candidatura.

3 — As candidaturas caducam no dia 31 de Dezembro do ano da sua apresentação.

4 — As candidaturas são entregues nos serviços dos departamentos, devendo o candidato indicar o departamento para o qual apresenta a sua candidatura.

5 — Quando a necessidade dos serviços assim o justifique, a apreciação das candidaturas segue os termos previstos no presente regulamento.

6 — Haverá lugar a audição escrita dos candidatos, quando a proposta de contratação para a categoria a que os directores dos departamentos entendam dever a individualidade ser equiparada não coincida com aquela a que ela se candidatou.

7 — As candidaturas apresentadas serão obrigatoriamente consideradas, no seu período de validade, sempre que seja aberta base de recrutamento na respetiva área científica.

## SECÇÃO II

### Constituição de base de recrutamento

#### Artigo 5.º

##### (Base de recrutamento)

1 — O recrutamento de pessoal especialmente contratado pode ser precedido por um período de candidaturas, não inferior a dez dias úteis, por forma a constituir uma base de recrutamento destinada a escolher a individualidade a convidar.

2 — Compete ao conselho científico, sob proposta dos directores dos departamentos, decidir, por maioria simples, sobre a constituição da base de recrutamento.

3 — A intenção de convidar é divulgada através de *Editais*, do qual devem constar, designadamente, os seguintes elementos:

- a) Identificação do departamento no qual se prestará serviço;
- b) Categoria e funções a desempenhar;
- c) Modalidade de contratação;
- d) Área ou áreas disciplinares;
- e) Requisitos habilitacionais;
- f) Currículo dos candidatos;
- g) Métodos e critérios de selecção objectivos;
- h) Modo e local de apresentação de candidatura, bem como indicação da entidade a quem se dirige;
- i) Outros documentos que devem instruir a candidatura;
- j) Composição do júri de selecção.
- h) Elementos de contacto.

4 — O *Edital* referido no número anterior é difundido por uma ou mais das seguintes formas:

- (i) na 2.ª série do *Diário da República*;
- (ii) na bolsa de emprego público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt));
- (iii) na página da Internet da UAb ([www.univ-ab.pt](http://www.univ-ab.pt));
- (iv) na página de emprego científico da Fundação para a Ciência e Tecnologia (<http://www.fct.mces.pt/pt/emprego/>);
- (v) em jornal de âmbito nacional.

#### Artigo 6.º

##### (Júri de selecção)

1 — Os candidatos são seleccionados por um júri, nomeado pelo presidente do conselho científico, sob proposta dos directores dos departamentos interessados na contratação.

2 — O júri é composto por três professores, de categoria igual ou superior ao lugar em causa, dos quais, pelo menos, dois devem ser da área científica em causa, e, pelo menos, um deve ser professor da UAb, sendo o presidente nomeado no despacho de designação do júri.

3 — O júri, findo o procedimento, elabora a proposta de convite, com indicação das razões por que a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos.

4 — A proposta de convite do candidato seleccionado tem de ser subscrita, pelo menos, por dois membros do júri.

5 — O júri pode deliberar que nenhum dos candidatos tem currículo adequado às funções a desempenhar.

6 — O projecto de decisão do júri é notificado aos candidatos para, querendo, se pronunciarem, no prazo de dez dias úteis.

7 — A pronúncia dos candidatos pode ser apresentada por uma das seguintes formas:

- a) Carta registada;
- b) Fax;
- c) Correio electrónico;
- d) Entrega presencial, mediante recibo.

8 — Terminado o prazo de pronúncia dos candidatos, o júri aprecia, no prazo de vinte dias, as alegações eventualmente oferecidas, e converte em definitiva a sua deliberação, dela dando conhecimento aos candidatos, sem prejuízo do estabelecido no número seguinte.

9 — A deliberação do júri é remetida ao director do departamento interessado na contratação, seguindo-se, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 3.º e 4.º do presente regulamento.

## CAPÍTULO III

### Regime de contratação e vinculação

#### Artigo 7.º

##### (Regime de contratação do pessoal especialmente contratado)

1 — Os professores visitantes são contratados a termo certo, pelo período máximo de um ano, e em regime de tempo parcial, podendo os seus contratos ser renovados por iguais períodos, por prazo não superior a três anos.

2 — Os professores e os assistentes convidados são contratados a termo certo, pelo período máximo de dois anos, e em regime de tempo parcial, podendo os seus contratos ser renovados por iguais períodos, por prazo não superior a dez anos.

3 — Os leitores são contratados a termo certo, pelo período máximo de dois anos, e em regime de tempo parcial, podendo os seus contratos ser renovados por iguais períodos, por prazo não superior a dez anos.

4 — Em casos excepcionais, devidamente fundamentados e nos termos admitidos pelo ECDU, o reitor pode autorizar a celebração de contratos em regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva, não podendo no entanto os contratos, incluindo as renovações, ultrapassar o período de quatro anos.

5 — Para efeitos do disposto no número anterior, a contratação em regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva pode ter como fundamentos, designadamente:

- a) A especificidade da área disciplinar;
- b) Quando justificada pela participação em projectos de relevante interesse institucional.

#### Artigo 8.º

##### (Tempo parcial)

1 — As percentagens de contratação em regime de tempo parcial são definidas em função do número de horas semanais efectivamente leccionadas no ano lectivo e podem, conforme as necessidades de leccionação na UAb devidamente comprovadas, revestir uma das seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no n.º 2:

- a) 3 Horas — 20 %
- b) 4 Horas — 25 %
- c) 5 Horas — 30 %
- d) 6 Horas — 40 %
- e) 8 Horas — 50 %

2 — Somente em casos excepcionais pode ser autorizada a contratação, em regime de tempo parcial, de professores convidados, assim como de professores e assistentes convidados e de leitores, em percentagem igual ou superior a 60 %.

3 — As percentagens de contratação em regime de tempo parcial podem ser anualmente revistas pelo conselho de gestão.

## CAPÍTULO IV

### Casos especiais de contratação

#### Artigo 9.º

##### (Casos especiais de contratação)

1 — No âmbito de acordos de colaboração de que a UAb seja parte, ou no quadro da colaboração voluntária de docentes ou investigadores de outras instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais, podem ser contratadas, com ou sem remuneração, e por convite, para o desempenho de funções docentes como professores convidados, individualidades que satisfaçam os requisitos estabelecidos na lei e neste regulamento.

2 — A contratação de professores convidados para efeitos do número anterior é aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 3.º e 7.º e seguintes do presente regulamento.

## CAPÍTULO V

## Da Cessação dos Contratos

## Artigo 10.º

## (Denúncia)

Os contratos celebrados ao abrigo do presente regulamento podem ser denunciados quer por parte da UAb quer por parte do contratado com a antecedência mínima de 30 dias, se o contrato tiver duração igual ou superior a seis meses, ou de 15 dias, se for de duração inferior.

## CAPÍTULO VI

## Disposições Complementares

## Artigo 11.º

## (Publicação)

1 — A contratação ao abrigo do presente regulamento é objecto de publicação:

- a) Na 2.ª série do *Diário da República*;
- b) No sítio da Internet da UAb.

2 — Na publicação no sítio da Internet constam, obrigatoriamente, a referência à publicação na 2.ª série do *Diário da República*, bem como os fundamentos que conduziram à decisão, incluindo os relatórios integrais que fundamentaram os convites.

## Artigo 12.º

## (Instrução do processo)

Todos os documentos de instrução dos processos referidos no presente regulamento são obrigatoriamente apresentados em suporte digital, sem prejuízo da possibilidade de se exigir a apresentação do original de qualquer documento.

## Artigo 13.º

## (Notificações)

As notificações aos interessados são efectuadas por uma das seguintes formas:

- a) Correio electrónico, com recibo de entrega da notificação;
- b) Ofício registado;
- c) Notificação pessoal.

## CAPÍTULO VII

## Disposições finais

## Artigo 14.º

## (Contratos em vigor)

Relativamente aos contratos vigentes à data de entrada em vigor do presente Regulamento não abrangidos pelo regime de transição do ECDU, e para efeitos de aplicação do regime relativo ao período de duração máxima dos contratos estabelecidos nos artigos anteriores, apenas é considerado o período posterior à data de entrada em vigor do presente regulamento.

## Artigo 15.º

## (Casos omissos)

Os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos por despacho do reitor.

## Artigo 16.º

## (Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

203641293

## UNIVERSIDADE DO ALGARVE

## Contrato (extracto) n.º 559/2010

Por despacho do Reitor da Universidade do Algarve:

Doutora Maria Helena Rodrigues Guita de Almeida, autorizado o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em período experimental, como professora auxiliar, em regime de exclusi-

vidade, na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, com efeitos a partir de 23 de Junho de 2010, pelo período de 5 anos, a auferir a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 195 da tabela remuneratória aplicável ao pessoal docente do ensino superior universitário.

27 de Agosto de 2010. — O Administrador, *Amadeu Basto de Lima*.  
203638572

## UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

## Despacho (extracto) n.º 13937/2010

Por despacho de 30 de Março de 2010 do Reitor da Universidade da Beira Interior, foi ao Doutor Pedro José Guerra Araújo, autorizado o Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado na categoria de Professor Auxiliar, do mapa de pessoal da Universidade da Beira Interior, com efeitos a partir de 24 de Novembro de 2009, nos termos do artigo 25.º do ECDU, com direito à remuneração correspondente ao escalão 1, índice 195, do Estatuto Remuneratório do pessoal docente Universitário.

## Relatório final relativo à avaliação do período experimental do Doutor Pedro José Guerra Araújo como Professor Auxiliar da UBI

O Conselho Científico da Faculdade de Engenharia, reunido no dia dezoito de Março de dois mil e dez, e com base nos pareceres elaborados e subscritos pelos Doutores José Afonso Moreno Bulas Cruz, Professor Catedrático da Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e Mário Marques Freire, Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade da Beira Interior, sobre o relatório apresentado pelo Doutor Pedro José Guerra Araújo, nos termos do artigo 25.º do ECDU, deliberou, por unanimidade, propor a sua nomeação definitiva como Professor Auxiliar.

Covilhã e UBI, em 29 de Março de 2010. — O Presidente da Faculdade de Engenharia, *Prof. Doutor Mário Marques Freire*.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

Covilhã e UBI em, 27 de Agosto de 2010. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

203638637

## UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## Deliberação (extracto) n.º 1553/2010

Deliberação do Conselho de Gestão da Universidade de Coimbra, tomada na reunião de 22 de Julho de 2010:

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, constante da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, no n.º 2 do artigo 51.º dos Estatutos da Universidade de Coimbra e no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, o Conselho de Gestão delibera, na sequência da deliberação tomada na mesma reunião sobre as colaborações docentes entre unidades orgânicas da UC, delegar nos Directores das Faculdades de Letras, Direito, Medicina, Ciências e Tecnologia, Farmácia, Economia, Psicologia e de Ciências da Educação e Ciências do Desporto e Educação Física, respectivamente Doutor Carlos Manuel Bernardo Ascenso André, Doutor António dos Santos Justo, Doutor Manuel Amaro de Matos Santos Rosa, Doutor João Gabriel Monteiro de Carvalho e Silva, Doutor Amílcar Celta Falcão Ramos Ferreira, Doutor José Joaquim Dinis Reis, Doutora Luísa Maria de Almeida Morgado e Doutor José Pedro Leitão Ferreira, sem possibilidade de subdelegação, a competência para autorizar a colaboração dos docentes da sua Unidade Orgânica, na leccionação de unidades curriculares ministradas por outra Unidade Orgânica, nos casos em que o horário a acumular, juntamente com o horário atribuído no serviço de origem, não exceda o limite máximo legal, entendido como valor médio ao longo do ano, de 9 horas de docência semanal.

Consideram-se ratificados todos os actos praticados desde 20 de Maio de 2010, no âmbito da competência ora delegada.

26 de Agosto de 2010. — O Presidente do Conselho de Gestão, *Fernando Seabra Santos*.

203637851